

Authier-Revuz e as figuras do bem dizer

Carlos Magno Viana Fonseca – *in memoriam**
Mônica Magalhães Cavalcante**

Resumo

Propomos como objetivo para este estudo analisar as formas de modalização autonímica realizadas por meio do desdobramento metaenunciativo opacificante chamadas por Jaqueline Authier-Revuz (1998) de “figuras do bem dizer”. Essas formas de enunciação são tratadas como parte do fenômeno conhecido por heterogeneidades enunciativas, que tem sido objeto de nossa investigação desde 2006. As heterogeneidades enunciativas são tomadas como expressões de práticas alteritárias típicas dos discursos por meio das quais é possível verificar os tipos de sujeito que se expressam na linguagem e as relações que este sujeito contrai com os vários tipos de “outro” que atravessam constitutivamente o discurso. Em oposição às não coincidências do dizer, as figuras do bem dizer são estruturas que poderiam ser chamadas de “coincidências do dizer”, momentos pontuais na linearidade enunciativa na qual o enunciador expressa a ilusão de controle sobre seu enunciado e, consequentemente, sobre sua enunciação.

Palavras-chave: Argumentação. Figuras do bem dizer. Heterogeneidades enunciativas. Metaenunciação.

Introdução

A partir da consideração a uma série de opostos hierárquicos – linguagem natural *versus* linguagem da lógica, metalinguagem comum *versus* metalinguagem científica, metaenunciativo *versus* discurso sobre a linguagem em geral (outro dizer), opacificação *versus* transparência, modalidade reflexiva particular *versus* teorias pragmáticas da enunciação –, Authier-Revuz (2000) assentou os princípios do fenômeno linguístico que ela caracterizou como *heterogeneidades enunciativas*.

O fenômeno consiste numa “configuração enunciativa da reflexividade

* Este trabalho contém partes da tese póstuma de meu orientando Carlos Magno Viana Fonseca, a qual começa a vir a público por este meio, em homenagem ao autor. Carlos Magno era professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e foi morto uma semana antes de defender sua tese na UFC.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará e coordenadora do grupo de pesquisa Protexto.

metaenunciativa – a ‘modalização autonímica’ – da enunciação atravessada por sua autorrepresentação opacificante” (AUTIER-REVUZ, 2000, p. 14), isto é, o signo, naturalmente, exerce uma função mediadora entre o homem e um conceito-coisa no mundo. Exercendo essa função, o signo, enquanto tal, se torna transparente – no lugar de aparecer, deixa passar por si o conceito-coisa no mundo convocado por seu intermédio. Não é, pois, objeto-de-presença na mente do sujeito-falante, não se corporifica enquanto materialidade (sonora ou gráfica), a não ser se tomado como objeto de estudo científico. No entanto, em momentos pontuais de uma enunciação, é possível observar que em

seu desenrolar, o dizer representa-se como não falando por si; o signo, em vez de preenchê-lo [ao dizer, ou dito de outro modo, em vez de preencher a enunciação], transparente, no apagamento de si, de sua função mediadora, interpõe-se como real, presença, corpo – objeto encontrado no trajeto do dizer e que se impõe a ele como objeto –; a enunciação desse signo, em vez de se realizar “simplesmente”, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma (AUTHIER-REVUZ, 2000, p. 14).

O signo, surgindo como corpo na enunciação, exige que seja esclarecido, explicado, questionado, interpelado. Abandonando a transparência, mostra-se opaco e, portanto, carente de exposição de si mesmo.

A modalização autonímica é, portanto, o momento em que a linguagem falha em sua função de mediadora e deixa de realizar-se de maneira “simples”, exi-

gindo uma enunciação “complexa” na qual o signo é “desdobrado” sobre uma reflexão metalinguística: que signo foi usado? Em que sentido foi usado? Por que foi usado? Seu uso é suficiente? A palavra se aplica no contexto? Esse signo descreve a “coisa”? Você diria “isso” para se referir a essa “coisa”? Essas são algumas das reflexões realizadas pelos sujeitos falantes.

Uma enunciação complexa, por oposição a uma enunciação simples, comporta uma glosa cujo objetivo é refletir sobre o uso das palavras empregadas na enunciação simples, ou, em outros termos, numa enunciação “linear”. O signo, objeto da glosa, é “desdobrado”, isto é, além de ser constituído de significado e significante, nos termos de Saussure, recebe um terceiro componente que o coloca em posição de autonomia complexa, pois, na medida em que é colocado em função de uso, é também colocado em função de menção, ou seja, o signo é usado linearmente e mencionado na cadeia significante como uma presença corpórea, materialmente colocada na enunciação.

Como afirma Authier-Revuz (2000b, p. 3),

a modalização autonímica é vista como um “surgimento” enunciativo do outro da linguagem – a que eu dei o nome de não coincidências do dizer –, em que entra em cena o jogo enunciativo, entre outros, e não exclusivamente “a linguagem dos outros”.¹

Explica a autora que, diferentemente do que as teorias tradicionais sobre

alteridade colocam como mecanismo da abordagem do outro na enunciação, seus princípios alteritários agregam tudo aquilo que torna a linguagem o ambiente do não um, isto é, da ausência total de unicidade linguística, embora o enunciador conserve a ilusão de proteger-se contra o heterogêneo constitutivo da enunciação, já que

as imagens de pontos de não coincidência que suspendem o trajeto unificado do dizer dão lugar ao fato das não coincidências, as quais, desta forma, ganham corpo e são reconhecidas; ao mesmo tempo, entretanto, elas interpõem uma máscara, ilusão necessária, pelo caráter circunscrito (“o restante” sendo diferencialmente constituído como um) e controlado (por um enunciador, a partir de sua posição de sobrevoos metaenunciativo, ao dizer o que é o seu dizer) desses pontos de não coincidência representadas; ou realizam uma reafirmação protetora do UM do dizer, de um modo imaginário absolutamente necessário, oposto à ameaça de dispersão, que faz pesar sobre a enunciação e o sentido o jogo das não coincidências inerentes nas quais eles se constituem,... e poderiam desfazer-se² (AUTHIER-REVUZ, 2000, p. 4).

O jogo entre o um e o não um é constitutivo da própria linguagem, embora o não um seja sempre intruso, indesejado, perturbador porque evidencia a dispersão do discurso, revelando que o enunciador não tem, de fato, controle sobre ela, pois a enunciação se diz por si mesma. Contudo, a ilusão de controle, necessária, é mantida no “sobrevoos metaenunciativo”, meio pelo qual o sujeito elabora um processo de cessão: ao mesmo tempo em que cede um pouco de

sua enunciação ao outro, protege o restante da enunciação, marcando-a como domínio do um.

Considerar esse fenômeno impõe outros questionamentos: o que leva um sujeito enunciador a considerar que um signo está opaco e não transparente? Por que os sujeitos acreditam que o signo empregado numa dada enunciação não foi suficiente para transmitir os sentidos pretendidos? Ou, inversamente, que necessidade é essa que o sujeito enunciador encontra diante de si de reafirmar um signo já enunciado, como se temesse que seu interlocutor o tivesse ouvido mal? Por que mostrar que a entidade linguística usada foi a “perfeita” para descrever o sentido pretendido? E, se isso se realiza na escrita, lugar de presença ocular, não auditiva, a reafirmação é ainda mais constrangedora.

Essas perguntas nos levam a analisar o fenômeno buscando compreender as funções linguístico-discursivas das heterogeneidades enunciativas, no nível das não coincidências do dizer e das figuras do bem dizer, cujo campo de abrangência foi assim definido por Authier-Revuz (2000b, p. 3):

O percurso sistemático desses “retornos” reflexivos produzidos pelos enunciadores – desde a forma minimamente marcada das aspas até as longas fugas metaenunciativas de Proust, por exemplo, passando por um conjunto de locuções mais ou menos cristalizadas, tais como *por assim dizer*, *é possível dizer*, *é o caso de dizê-lo*, etc. – desenha o campo do que se pode chamar de “não coincidências do dizer”³ (grifos e aspas da autora).

As formas de desdobramento sógnico – as não coincidências do dizer – que expressam o não um, a falta do dizer, a ausência, o lapso, o dizer provisório ou excessivo apresentam a versão do um do dizer, revelador da ilusão de controle, a ilusão do acordo, da adesão plena, da adesão sufragista, da intencionalidade, do consenso no emprego dos signos. Essa versão da modalização autonímica – a coincidência no dizer – anda *pari passu* com sua versão contrária no percurso enunciativo e “do mesmo modo que a falta (a não coincidência do dizer), o bem dizer (a coincidência no dizer) pode ser explicitamente colocado em comentários metaenunciativos” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 54).

Há, portanto, dois modos sob os quais podemos abordar a heterogeneidade enunciativa: o tipo (a), das não coincidências do dizer, expressões da falta, da falha, da ferida no discurso, e o tipo (b), das figuras do bem dizer, que expressam o encontro absolutamente intencional do sujeito e de seu dizer. É desse segundo tipo que nos ocuparemos mais demoradamente aqui. Ao contrário do primeiro tipo, que escapa ao controle do sujeito, o segundo tipo, ou seja, as figuras do bem dizer, sendo estratégias conscientes, constituem recursos persuasivos importantes e, por isso mesmo, prestam-se a uma análise argumentativo-retórica. Nosso objetivo, porém, não é chegar ao desenvolvimento dessa análise, senão apenas sugerir esse veio de pesquisa, explicando sua viabilidade.

As heterogeneidades enunciativas

Apoiando-se no dialogismo e na polifonia do círculo de Bakhtin (2000) e na psicanálise freudo-lacaniana, Authier-Revuz (1998, 2000a, 2000b, 2004) estabelece a noção de *heterogeneidade enunciativa*. A autora considera, com base no dialogismo, que a linguagem é o campo do heterogêneo, do múltiplo, do não um, ou seja, se a linguagem é o campo do diálogo, e esse diálogo é constante e interminável, havendo inúmeras vozes que se cruzam e se entrecruzam, às vezes consoantes, às vezes dissonantes, a linguagem é um campo multifacetado. Sendo um campo multifacetado, a linguagem exige do sujeito enunciador certas escolhas que vão se impondo ao longo da enunciação. Essas escolhas, quer conscientes, quer inconscientes, vão desvelando ou ocultando um tipo de sujeito enunciador e de sentidos que ele veicula por meio de suas enunciações.

Se o dialogismo é uma condição *sine qua non* da linguagem e se a heterogeneidade é caracterizada pelo princípio dialogal, então é justo supor que a heterogeneidade é um princípio constitutivo da linguagem. Assim como o dialogismo é um princípio abstrato, um pressuposto, e não há modo de investigá-lo enquanto fenômeno linguístico, também é o fenômeno da heterogeneidade, da não unidade da linguagem. Por tal raciocínio, Authier-Revuz reconheceu que haveria uma heterogeneidade constitutiva da

linguagem, imaterial e abstrata, portanto, não passível de observação empírica.

Assim como Bakhtin (1992) considera que o dialogismo tem uma forma de materialização – a polifonia –, a qual está presente nos enunciados concretos, sendo uma evidência do dialogismo, do mesmo modo Authier-Revuz reconhece que a heterogeneidade constitutiva encontra, igualmente, um modo de representação – a heterogeneidade mostrada –, a qual se torna evidente na enunciação por meio de vários mecanismos linguísticos e discursivos que anunciam (e denunciam) sua presença.

Pode-se perguntar, então, se a autora realizou apenas uma mudança na terminologia bakhtiniana, uma modificação de nomes, mantendo-se os mesmos conceitos. Seria essa uma acusação injusta. Em termos gerais (e de modo bem rudimentar), o dialogismo é o reconhecimento de que uma enunciação responde a outros enunciados, suscitando novas respostas. A polifonia é a presença de várias vozes (marcadas ideologicamente) que materializam o dialogismo e provam sua existência. O diálogo de que nos fala Bakhtin pode ser tomado como um diálogo de vozes que se embatem, ou de vozes que entram em conflito (sempre ideológico), já que Bakhtin parte das concepções sociais de Marx e das lutas de classes. Desse modo, a linguagem é um campo de batalha em que conflitos ideológicos são, por assim dizer, resolvidos, ou não.

Authier-Revuz, ao tratar da heterogeneidade constitutiva, mostra que a

linguagem é (também) o campo de várias presenças, isto é, é sempre não um: há vozes (como em Bakhtin e há sempre um outro em jogo. Mas, se em Bakhtin o outro é o outro enunciador, em Authier-Revuz esse outro ganha dimensões maiores: outro enunciador, outra língua, outra época, outro sentido, outro contexto, outro lugar, outro ambiente discursivo etc. Pode ser, para usar um termo da linguagem comum, outro qualquer coisa; é justamente isso que faz a linguagem o ambiente do não um. A heterogeneidade constitutiva se nos apresenta como a possibilidade de múltiplos, sejam esses de que modo forem (e não apenas ideológicos) e, estruturalmente falando, podem ser mostrados, marcados (formalmente ou não), sendo, então, a heterogeneidade mostrada, sintoma da outra.

O não-um da heterogeneidade se revela especialmente por meio da modalização autonímica, quando sujeito e signo se enfrentam e, no campo de batalha, exige-se a metaenunciação de função reflexiva, desdobrada, por meio da qual o sujeito-enunciador torna a linguagem seu objeto de enunciação. Tal estratégia linguageira tem um preço para o sujeito: este se revela ou se oculta na hora de fazer a escolha, argumenta ou manipula, expõe-se ou se protege, afasta-se ou se aproxima do outro com quem dialoga, expõe a ferida do(na) sistema linguístico, ao mesmo tempo em que procura obturar tal ferida. Para Authier-Revuz (2000, p. 4),

no que diz respeito às não coincidências do dizer, consideradas inerentes, constitutivas da enunciação, e, como tais, por ela irrepresentáveis, – isto significando que a “comunicação” encontra continuamente obstáculos para constituir o “um”, que o referente é sempre de alguma forma “fracassado” (como dizia Lacan), que o jogo de “palavras sob palavras” não cessa jamais, e que, finalmente, toda palavra enunciada “recebe” o já-dito de outros discursos que inevitavelmente a habitam –, as formas de autorrepresentação do dizer da modalização autonímica aparecem como os lugares sensíveis no dizer, de negociação obrigatória de todo dizer com o fato das não coincidências inerentes que o atravessam.⁴

Assim, compreendemos que a meta-enunciação cumpre inúmeras funções discursivas ao mesmo tempo:

- (1) mostra que tipo de sujeito é esse que fala;
- (2) revela suas intenções pragmático-argumentativas (convencer ou manipular);
- (3) revela o nível de comprometimento do sujeito com aquilo que enuncia;
- (4) estabelece acordos (no sentido da retórica) para conduzir o discurso;
- (5) analisa (ainda que inconscientemente) o sistema linguístico do qual faz uso, entre outras funções possíveis e não excludentes.

Os modos de representação enunciativa metonimicamente modalizado por meio das figuras do bem dizer é, segundo Authier-Revuz (1998, p. 54), um “jogo inerente à língua – cuja representação

explícita como parte beneficiada do dizer de X é o que afirma o ‘bem’ nesse dizer”.

Essas figuras aparecem no discurso sob dois formatos: por um lado, pontuam o modo do dizer, a maneira encontrada pelo enunciador para demonstrar que a modalidade da enunciação é apropriada ao evento discursivo e, por outro, refletem a escolha “correta” das palavras empregadas.

Authier-Revuz (1998) agrupou as figuras do bem dizer em quatro categorias:

- (a) o dizer de acordo com a intenção, que expressa a intencionalidade subjetiva, a responsabilidade individual pelas escolhas discursivas;
- (b) o dizer de acordo com as leis do dizer, que coloca em jogo o protocolo da enunciação ou o ritual discursivo;
- (c) o dizer como ato pessoal, que mostra o sujeito que assume a responsabilidade por sua enunciação, colocando-se como fonte – provisória ou iniciante – da nomeação;
- (d) o dizer preenchido pelo equívoco, no qual o sujeito mostra, apesar do perigo do inesperado, o jogo do acaso em que enunciador, enunciado e destinatário se encontram de modo feliz.

Discutimos, a seguir, esses modos de representação de modalização autonímica.

O dizer de acordo com a intenção de dizer

O encontro realizado da representação do um na enunciação suspende, temporariamente, a ameaça da dispersão desencadeada pela heterogeneidade constitutiva da linguagem, na medida em que, ao mesmo tempo que desvela a suspeita da não coincidência no dizer, protege o enunciador da invasão indesejada dos tipos de outros que a enunciação comporta e anuncia a intencionalidade da escolha das palavras, como que reafirmando a ilusão de controle sobre a enunciação.

Esse encontro feliz entre a intenção do dizer e o dizer efetivamente realizado materializa-se nas formas de confirmação plena ou enfática ao se repetir um termo X e remete a uma resposta necessária à negociação obrigatória e ininterrupta entre o enunciador e suas enunciações, sem a qual a realização da comunicação seria, no mínimo, impraticável.

Um dizer de acordo com a intencionalidade do enunciador protege-o contra um lapso de recepção virtual ou imaginada, mas não efetivamente produzida pelo sujeito em fórmulas como “X, *eu disse realmente X*” ou “X, *you não está enganado, eu disse: X*”. Veja-se um exemplo corriqueiro:

(1) Liangue Araujo disse...

baahhh!!!! amei tuas tirinhas!
(**e estou dizendo realmente o que eu queria dizer**)

8 de novembro de 2011 01:22

(comentário de um blog. Disponível em:

<http://www.comoeurealmente.com/p/contato.html>. Acesso em: 10 set. 2012).

Essas figuras de bem dizer mostram que “a confirmação não vem dissipar uma dúvida real do destinatário quanto ao que ele percebeu, mas simular retoricamente uma resposta a uma dúvida fictícia” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 56).

De outro modo, a intenção do dizer se materializa também na negação do erro do enunciador, como a intenção plenamente realizada ou, por outro lado, como a intenção não realizada em fórmulas em que o enunciador pronuncia: “*Eu não estou enganado ao dizer X*”, “*Sim, é isso que eu estou dizendo*”, ou “*Não é X que eu queria dizer*”.

O dizer da intenção subjetiva evidencia o caráter reflexivo da escolha dos termos empregados na enunciação ou no modo de enunciar com funções diversas, todas de algum modo intensificadoras e, por isso mesmo, persuasivas:

- demonstrar o dizer verdadeiro: “Eu disse verdadeiramente X”;
- assumir plenamente o dizer: “X, eu disse X mesmo”;
- insistir dando destaque: “X, eu sublinho”, “X, destaque meu”;
- explicitar a intencionalidade visada, aderindo plenamente ao dizer: “Você diz X, eu digo Y”, “Eu digo X propositalmente/de propósito”;

- escolher ponderadamente ou precisamente: “Eu peso minhas palavras”, “X, é a palavra exata”.

Reflitamos sobre os exemplos abaixo:

- (2) [...] a intenção em apresentar detalhadamente todos esses conceitos foi na tentativa de demonstrar que hibridismo é **a palavra exata** para descrever este tipo de texto em que as marcas de gêneros como [...] (Linguagem em Discurso. Texto 09)
- (3) “A língua-I do gerativismo é **o que eu chamo de Versão-I**, porque...” (DELTA. Texto 02)
- (4) “A crítica ao subjetivismo idealista é em função **do que se pode chamar hoje em dia de perspectiva individualista de linguagem.**” (ReVel. Texto 06)

Se compararmos os três exemplos apresentados veremos, por um lado, no exemplo 02, a reafirmação do um da linguagem quando a palavra, o termo exato se apresenta e é escolhido no processo enunciativo. No exemplo 03, por outro, reclama-se a intencionalidade do discurso no momento em que o enunciador se propõe a renomear um referente já nomeado, mas que era, para ele, nomeado indevidamente. O quarto exemplo revela um enunciado que, apesar de pretender renomear um referente, escolhe pela forma impessoal da terceira pessoa do singular, recurso linguístico que, na medida em que renomeia um referente já batizado, protege seu enunciador contra a responsabilidade da nomeação.

A intencionalidade subjetiva demonstrada na enunciação mostra um sujeito que se esforça para manter o controle discursivo, um sujeito que veicula os sentidos que deseja veicular o modo como quer argumentar, expurgando da enunciação os entraves não coincidentes que podem eventualmente aparecer. As figuras da intenção do dizer, ao passo em que restauram o um da enunciação, lembram aos partícipes do ato enunciativo da ameaça constante da dispersão promovida pela heterogeneidade própria do sistema, isto é, apesar de deixado de fora, o não um marca sua presença ou (re)afirma sua existência dizendo: “Eu permaneço aqui”. O jogo argumentativo se deixa entrever nesse embate de vozes, nas explicitudes e nas implicitudes.

O dizer de acordo com as leis do dizer

A enunciação, em todas as suas dimensões, exige o cumprimento de regras socioculturais para a sua efetivação e, mais que isso, para o seu sucesso. Foucault nos fala em protocolo da enunciação instaurado como acordo mútuo entre os sujeitos que deve ser observado e seguido, e Pêcheux nos fala sobre o ritual discursivo.

Em última análise, o dizer “confirmado como real, como intencional, é, além disso, legitimado como um, sem distância interna. O ato singular de nomeação é dado como não ‘se distinguindo’ da norma consensual” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 61), isto é, o dizer precisa ser

legitimado pelas regras de conduta enunciativa, pelo protocolo da enunciação.

Esse dizer, de acordo com as leis do dizer, são efetivados por meio da modalidade deôntica da permissão, que põe em funcionamento a nomeação admissível e a nomeação obrigatória, que se materializa em fórmulas situadas entre a coerção do verdadeiro e a coragem de dizer o nome verdadeiro.

A nomeação admissível, aquela do “que se pode chamar X” é manifesta por meio do auxiliar modal *poder* no indicativo afirmativo; pelo verbo *chamar* com sujeito nós (neste caso, temos a injunção de vozes entre enunciador e destinatário que legitima o dizer por meio da condescendência do outro e se torna, assim, mais fortemente argumentativo); ou por formas pronominais na voz passiva.

Já a nomeação obrigatória, como o próprio nome diz, evidencia um enunciador que respeita as leis da enunciação em fórmulas, como “É preciso dizer/chamar X”, expressões que denotam o bloqueio a todas as demais formas possíveis de nomeação, negando peremptoriamente a manifestação do heterogêneo e afirmando a condição de um da nomeação. Por outro lado, essas expressões deixam entrever uma dimensão coercitiva da nomeação, do verdadeiro, do real, de modo que, se a verdade é coercitiva, o sujeito não é absolutamente livre em suas escolhas enunciativas.

Diferentemente dessa análise, nas figuras que demonstram a coragem em expressar o nome verdadeiro na enunciação, percebemos um sujeito mais

consciente, mais senhor da sua vontade do dizer em fórmulas que conclamam a audácia do dizer ou insinuam sub-repticiamente, por meio de perguntas retóricas, como “Tem outro nome para X?”, o apelo para restaurar o um na enunciação, numa negação consciente dos modos heterogêneos de expressão.

As leis do dizer e sua presença na enunciação, ao mesmo tempo em que deixam o sujeito coagido, subjugado a um sistema, barrado pela ordem discursiva e obrigado a pronunciar-se de acordo, também servem para que o sujeito subverta o próprio sistema coercitivo, porque as leis exigem a justificação, parcial ou plena, mas sempre persuasiva, do dizer efetivado. Alguns exemplos:

- (5) “Por tratar-se de pessoas do discurso, **poderíamos dizer que** essa hierarquia está no nível do discurso-pragmático”. (DELTA. Texto 03)
- (6) Observe-se que a situação social-comunicativa ilustrada remete ao que **precisamos chamar de** interação dialógica assimétrica que se desenvolve entre o professor e alguns alunos revelando já de início, a ausência de ação pedagógica de controle ou monitoramento de classe”. (DELTA. Texto 06)

O dizer como ato pessoal

Das figuras do bem dizer, as que mais evidenciam um sujeito desesperado por

restaurar o um da enunciação é a nomeação como ato pessoal. Paradoxalmente, é também a figura que mais denuncia o lapso do sistema, a falha constitutiva, a falta de.

Observar a enunciação como ato de nomeação pessoal e de responsabilidade individual é uma outra tendência:

Para além de sua intencionalidade, a nomeação é representada como oriunda de um modo “um” do dizer: não mais da nomeação legitimada por estar de acordo com o permitido – relativamente ao jogo admitido na relação palavra-coisa –, ou como obrigatório – a respeito da verdade –, isto é, pelas instâncias exteriores à enunciação, e na dependência das quais esta representa, mas a de uma nomeação “legitimada” se se quer assumir plenamente, ela mesma, em sua dimensão de ato cumprido pelo sujeito enunciador. O dizer de X não é representado como coincidindo com o permitido ou com o prescrito que lhe confere, do exterior, uma validade, mas como identidade com uma decisão do enunciador, apontando, no instante, de modo simultaneamente soberano e frágil, “exposto” – sem o abrigo dos exteriores que “garantem” –, um nome sobre uma coisa. Aparecem aqui em uma espécie de solidão e de responsabilidade do “eu” nomeando uma coisa em sua singularidade, isto é, não ainda nomeada, uma dimensão de batismo cumprido, em seus riscos e segundo o seu desejo (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 69).

Essa representação da forma unívoca do dizer, em contraponto com as figuras do bem dizer discutidas precedentemente, é definida com base na distinção “interior” *versus* “exterior” à enunciação. Nas figuras que remetem à intencionalidade do dizer e nas figuras do dizer de acordo com as leis, aparecem os exteriores – a verdade e o obrigatório –, que abrigam o enunciador, protegendo-o contra a in-

vasão do heterogêneo. Como ato pessoal, escolha individual, o dizer é abandonado pelos exteriores, protegido tão somente pela decisão intransferível que o sujeito se arroga.

A soberania subjetiva em nomear por decisão pessoal cobra como preço expor a fragilidade do sistema que falha em sua dimensão designativa, abandonando o sujeito à solidão discursiva, portanto sem apoios exteriores. Mas, ao mesmo tempo, configuram uma assunção de responsabilidade.

As formas do dizer como ato pessoal abrigam-se sob as modalizações de nomeação pelo batismo e as modalizações designativas de caráter sufragista. A nomeação pelo batismo pode implicar ou não o enunciador: fórmulas como “que se chama X” em oposição a “que eu proponho chamar X” – no jogo entre o impessoal e o pessoal de primeira pessoa – mostram o grau de comprometimento do enunciador com sua enunciação ou, em outras palavras, a coragem do sujeito em assumir ou não a responsabilidade pelo dizer.

Expressões como “eu ousar dizer X” ou “eu gostaria de dizer X” também devem ser colocadas na rubrica das figuras do dizer como ato pessoal porque delas emerge um sujeito que não se furta à necessidade do dizer ou que enuncia aquilo que ele deseja verdadeiramente argumentar.

As figuras de designação de caráter sufragista são aquelas que funcionam como uma dimensão de dizer iniciante “visando a um referente cuja singu-

laridade requer a produção de uma nomeação específica, não ‘disponível’ no conjunto de nomeações estabelecidas” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 73). Nesse caso, há por parte do enunciador uma vontade de nomear, explorando o caráter polissêmico ou combinatório dos termos. Instaurar explicitamente, na enunciação, um processo de nomeação requer, no mais das vezes, justificações, comentários, reformulações, estratégias argumentativas que expliquem o “batismo” proposto. Por exemplo:

- (7) “A reflexão foucaultiana opera um deslocamento de uma noção repressiva e negativa de poder para uma abordagem produtiva do mesmo – um poder estimulador de discursos e práticas **que eu chamo de lógica sócio-relacional**” (DELTA. Texto 05).
- (8) “A proposta de Foucault sobre o ‘biopoder’ colabora para explicar aquilo **que eu proponho como** ‘discurso de narrativas alteritárias imaginárias’ para significar a atitude da mídia em...” (DELTA. Texto 05).

O dizer preenchido pelo equívoco

Ao lado das figuras que funcionam com base na confirmação da intencionalidade do dizer, ou quando a intencionalidade se refere ao respeito aos limites do receptível, ou quando o jogo do intencional demonstra a submissão

às leis do dizer e ao verdadeiro, ou ainda quando a intenção do dizer se expressa por meio da soberania criadora – de fórmulas enunciativas evocadas anteriormente –, aparecem as formas do dizer que expressam

a adesão do enunciador a seu dizer: o X, é o caso de dizer, que coloca o “bem dizer” sob o reino de um acaso que o enunciador recebe em seu dizer, aquele, em X, de um outro sentido, de um sentido a mais pelo qual, além do sentido escolhido por ele em X, o equívoco da língua (polissemia, homonímia, trocadilho...) oferece-lhe a surpresa bem-vinda (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 75).

Apesar de parecer incompatível com a noção de um sujeito intencional do dizer, já que essas figuras são do jogo do acaso e do equívoco, portanto para além do nível de qualquer controle proposital, as figuras cujo dizer é preenchido pelo acaso expressam um sujeito que tira proveito da ocasião, agregando a possibilidade que lhe foi apresentada, pois o acaso produz “um dito melhor que seu querer dizer, o enunciador ‘realizado’ pelo que, em suas palavras, escapa-lhe, dizendo melhor o que ele não sabia dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 77). Isto é, o dizer do encontro com o acaso, ao invés de mergulhar o sujeito num ambiente constrangedor de falta de controle sobre sua enunciação, coloca-o na posição de investimento argumentativo, pois, ao expressar-se de um modo X e encontrando o acaso, conduz esse acaso para dele obter retorno. Essas figuras do caso de dizer, de acordo com Authier-Revuz (1998, p. 77-78),

representam um eu intencional cujo querer se cruza nas instâncias do poder, do dever... –, passa-se então àquela do “presente” inesperado de um bem dizer oferecido ao enunciador por uma língua que joga: presente que é o de um encontro, de ocasião – “o caso” – entre tal particularidade do real a nomear e o jogo inassinalável, no “avesso” das palavras, dos equívocos da “alíngua” [“lalangue”], encontro imprevisito, singular, que faz brotar no coração – significante – da nomeação escolhida a faísca de uma outra palavra ou de um sentido a mais cujo acaso bem-vindo vem, para o enunciador que o recebe, duplicar a sábia adequação do primeiro.

As formas de expressão da heterogeneidade enunciativa aqui apresentadas, as figuras do bem dizer, são instrumentos discursivos por meio dos quais o sujeito se coloca no jogo enunciativo da interação linguística, interação que se dá tanto entre sujeitos como entre o enunciador e o sistema, entre o enunciador e o real.

Cabe agora analisar o tipo de sujeito que se revela ou se desvela por meio dessas expressões de metaenunciação discursiva.

As figuras do bem dizer e o sujeito

Ao investigar a enunciação, a metaenunciação, as heterogeneidades enunciativas, as não coincidências do dizer e as figuras do bem dizer, Authier-Revuz (2000) deparou-se, também, com a problemática do sujeito. Em suas pesquisas, para estabelecer seu objeto de investigação, a autora deparou-se com definições

tão diversas de sujeito quanto diversos eram os critérios adotados para firmar as definições. Assim, Authier-Revuz (2000) sistematiza duas concepções de sujeito: uma que ela chama de “sujeito-origem do dizer” e outra que ela chama de “sujeito-efeito do dizer”, que foram assim definidos por ela:

Se, na verdade, apoiamo-nos em um sujeito-“origem”, A, aquele da psicologia e de suas variantes “neurais” ou sociais, fonte intencional do sentido que ele exprime através de uma língua instrumento de comunicação – que é o caso, de maneira geral, das abordagens pragmático-comunicacionais –, é então coerente considerar que o enunciador tem possibilidade de representar sua enunciação e o sentido que ele nela produz, e que pode lhe ser transparente: nesse caso, é possível considerar que as formas de representação que os enunciadores têm de seu próprio dizer sejam um reflexo direto do real do processo enunciativo (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 169).

Este é o sujeito-origem do dizer, o sujeito que controla a enunciação, o enunciado e os sentidos por ele expressos; um sujeito intencional com propósito argumentativo definido e levado a cabo em sua inteireza. Esse sujeito tem condições de, intencionalmente, se representar em seu dizer, manipulando os sentidos, moldando-os a suas intenções discursivas. Nesse caso, é preciso reconhecer o caráter pragmático da linguagem e, conseqüentemente, a concepção de sistema de comunicação da língua, entendida como um instrumento através do qual o sujeito efetiva suas intenções e materializa seus objetivos persuasivos.

Na direção oposta, está a concepção de sujeito-efeito do dizer, incapaz de

controlar totalmente os sentidos que pretende expressar:

Se, pelo contrário, apoiamo-nos em um sujeito-“efeito”, B, aquele assujeitado ao inconsciente da psicanálise, despossuído do controle de seu dizer (e isso também se coloca para o quadro da teoria do discurso desenvolvida por M. Pêcheux, lugar de constituição de um sentido que escapa à intencionalidade do sujeito), consideraremos que o dizer não poderia ser transparente ao enunciador, a quem escapa, irrepresentável, determinado pelo inconsciente (e o interdiscurso): impõe-se, então, a necessidade de repensar – de outra maneira que não simples reflexo – o estatuto dos fatos, observáveis, de auto-representação, em que a categoria lacaniana do imaginário permite compreender a posição metaenunciativa ocupada pelo sujeito que se representa acima do seu dizer, como que sob o domínio de um imaginário da enunciação, preenchendo para o enunciador uma necessária “função de desconhecimento” no que se refere ao real da enunciação que, de múltiplas maneiras, escapa-lhe (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 170).

No primeiro caso, a metaenunciação, as heterogeneidades enunciativas e as não coincidências do dizer devem ser interpretadas como uma manifestação explícita do controle discursivo exercido pelo enunciador. Authier-Revuz (2000, p. 185) reconhece essa alternativa:

O desdobramento metaenunciativo aparecerá, então, como uma forma manifesta do controle funcional exercido pelo enunciador, a partir de sua intencionalidade, sobre a maquinaria comunicacional, e se integrará particularmente bem às abordagens da enunciação como teatro, encenação, jogo de máscaras, de imagens e de papéis, para os sujeitos que se desdobram em uma relação interativa com o outro.

Contudo, Authier-Revuz, mesmo reconhecendo a existência desse sujeito-

-origem do dizer e a possibilidade de pesquisas se apoiarem nele, ela faz sua escolha pelo sujeito-efeito do dizer com todas as implicações que assumir a noção acarreta. Para ela, este sujeito-efeito:

não utiliza a linguagem para se comunicar, mas que, antes de qualquer coisa, só é sujeito quando fala, sujeito “produzido” pela linguagem como estruturalmente clivado por um inconsciente, sujeito destituído de toda posição de exterioridade, a não ser imaginária, com relação à linguagem e a seu dizer – o que significa assumir a expressão lacaniana “não há metalinguagem” –, e, conseqüentemente, não há o controle intencional que depende disso (AUTHIER-REVUZ, 2000, p. 169).

Neste artigo, temos focalizado o sujeito-origem e as figuras do bem dizer de que ele faz uso para se assumir. Como se pode notar, Authier-Revuz não só reconhece a possibilidade de abordagem de pesquisa que tome por pressuposto o sujeito-origem do sentido, como descreve as direções que uma análise das heterogeneidades enunciativas por esta perspectiva deve tomar. Contudo, como já mencionado, esta não é sua opção teórico-metodológica, que se volta para um outro tipo de noção subjetiva, mas é a nossa. A proposta de uma abordagem pela ótica do sujeito-fonte intencional do sentido é próxima da abordagem argumentativa retórica.

A noção de sujeito que pretendemos sustentar é a de um sujeito afetivo-institucional, sujeito organizador de fendas enunciativas e agenciador de práticas discursivas argumentativas.

O sujeito sustentado pela teoria das heterogeneidades enunciativas é um sujeito-efeito de sentido, um sujeito que

não tem controle sobre o seu dizer; já o sujeito que se evidencia na teoria da argumentação no discurso é um sujeito mais pragmático, um sujeito-origem do sentido, um sujeito que controla a sua enunciação.

As figuras do bem dizer – uma perspectiva retórica

O trecho a seguir pertence ao art. 1º - “A copa não vale isso”. Nesse texto o autor propõe a tese de que o governo não pode acatar todas as decisões do Comitê Organizador Local da Copa. Para apresentar a tese, o autor coloca a suspensão de todos os voos que ocorreriam no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, durante uma festa organizada para os dirigentes de clubes de futebol oferecida pela Fifa.

Antes de apresentar seus argumentos contrários à decisão do governo de atender ao pedido do comitê, o autor apresenta os argumentos que embasaram o pedido, selecionando os mais adequados à sua contra-argumentação:

- (9) Os cartolas alegam também que os aviões poderiam afetar os equipamentos de transmissão da festa, que será transmitida para duzentos países, com expectativa de uma audiência de quinhentas milhões de pessoas. É o caso de perguntar: se sabiam disso, por que escolheram para a sua realização um local exatamente numa das rotas aéreas de maior movimento no país?

Observamos que na construção de seu argumento, apresentado somente no final do trecho sob a forma de uma pergunta retórica, típica dos argumentos pragmáticos, o autor lança mão de uma exposição dos argumentos daqueles que propuseram a festa, isto é, em um trecho rico em ironias, o autor expressa a sua opinião por meio da figura do bem dizer classificada como *Um dizer preenchido pelo equívoco*, construído a partir da expressão – *É o caso de perguntar*. Lembramos que expressões colocadas como *Um dizer preenchido pelo equívoco* não demonstram hesitação do sujeito, antes revelam um sujeito que aproveita o “acaso”, o “momento oportuno” de dizer aquilo que precisa ser dito, aquilo que, sem a oportunidade enunciativa certa, não seria possível expressar.

Uma interpretação argumentativa para essas expressões nos leva a um sujeito-enunciador que se encontra no “momento feliz” de uma enunciação anterior (a argumentação do Comitê para a suspensão dos voos) e apresenta um argumento pragmático para ser contrário, qual seja, seria possível realizar a festa em outro lugar que não prejudicasse o funcionamento do aeroporto em questão.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que o enunciador, no trecho em questão, não se assume completamente. O uso da expressão “é o caso de perguntar” no lugar de usar uma expressão mais contundente para defender sua causa e utilizar uma pergunta retórica no lugar de uma afirmação, por exemplo, imprime

ao texto uma tentativa de manter o acordo prévio da argumentação: o de manter o diálogo aberto para o debate de ideias.

Note-se que aí se encontra de maneira mais evidente a função argumentativa dessa figura do bem dizer: renovar um acordo prévio construído ao longo do texto, pois ambas as partes consideram que há um inconveniente com a escolha do local da festa a ser realizada: uma das partes, o Comitê, pede a suspensão das atividades do aeroporto porque o local da festa é rota de aviões; do outro lado, o colunista considera a suspensão um absurdo, como ele mesmo expressa no trecho a seguir:

- (10) É absurda a decisão do governo de, a pedido do Comitê Organizador Local da Copa – que por sua vez, atendia à reivindicação da Fifa –, suspender todas as operações no Aeroporto Santos Dumont, durante quatro horas, para não prejudicar a festança organizada pelos cartolas nacionais e internacionais na Marina da Glória, na área central do Rio de Janeiro, durante a qual serão sorteados os grupos das eliminatórias para a Copa de 2014.

Notemos que, ao nomear de “absurda” a decisão, o autor estrutura seu texto por meio do dizer como ato pessoal, isto é, uma figura do bem dizer que coloca o sujeito enunciativo como fonte e origem da nomeação. Argumentativamente falando, temos aqui a apresentação da tese que será defendida para o autor, assim,

a função argumentativa da figura do bem dizer, aqui, anuncia um sujeito que assume na totalidade sua enunciação, um sujeito que se responsabiliza por aquilo que diz. A figura é construída sem a marca formal prevista na teoria, a qual se daria pela presença do verbo dizer/ chamar antecedendo o termo. Contudo, defendemos que há modos de marcação além daqueles previstos; neste caso, a marca é o próprio contexto, de onde se infere que o autor chama de “absurda” a decisão do governo.

Por trás dessas duas figuras – o dizer preenchido pelo equívoco e o dizer como ato pessoal – há a expressão de um sujeito que preenche as falhas no discurso-outro (a argumentação para a suspensão das atividades do aeroporto), revelando um sujeito agenciador de fendas (como expressamos no capítulo anterior), um sujeito que aproveita o momento oportuno da enunciação para se fazer enunciar, fazer valer a sua opinião sobre o tema tratado.

Considerações finais

As figuras do bem dizer já apontam, embora Authier-Revuz nunca tenha se posicionado assim, para uma expressão mais retórica, mais argumentativa, portanto, metadiscursiva (ou *metaenunciativa*, nos termos da autora). Foi fazendo interpretações como essa que decidimos tentar oferecer uma nova perspectiva para tratar essa metaenunciação.

Na análise breve que empreendemos, observamos que, utilizando-se de figuras

do bem dizer, o sujeito enunciador é que diz de que maneira cada expressão deve ser interpretada, como deve ser “lido” naquele contexto. A enunciação, bem como a argumentação, será, pois, o resultado de suas decisões de significados, como que afirmando “eu digo como interpretar”.

Se examinarmos outras ocorrências de coincidências do dizer na perspectiva da argumentação, podemos notar quanto elas se prestam a uma interpretação argumentativa, na medida em que sua inserção na cadeia discursiva tem a função de estabelecer um ponto fixo de sentido na cadeia discursiva, do qual o coenunciador não pode se desviar. Isto é, ao inserir uma dessas estruturas no discurso, o sujeito enunciador “prende” o coenunciador.

Authier-Revuz et les figures du bien dire

Résumé

Nous visons avec cette étude à examiner les moyens de modalisation autonymique accomplis à travers le déploiement méta-énonciative opacifiant appelés par Jacqueline Authier-Revuz (1998) de “figures du bien dire”. Ces formes d’énonciation sont considérées comme faisant partie du phénomène connu sous le nom Hétérogénéités Énonciatives, qui a été l’objet de notre recherche depuis 2006. Les Hétérogénéités Énonciatives sont considérées comme l’expression des pratiques d’altérité typiques des discours à travers les-

quelles on peut vérifier les types d’individu qui se manifestent dans la langue et les relations que ces individus établissent avec les différents types de “l’autre” qui traversent de façon constitutive le discours. En opposition aux Non-Coïncidences du Dire, les Figures du Bien Dire sont des structures que l’on pourrait bien appeler les “coïncidences de dire”, des moments ponctuels de la linéarité énonciative dans laquelle l’énonciateur exprime l’illusion de contrôle sur son énoncé et donc sur son énonciation.

Mots-clés: Argumentation. Figures du bien dire. Hétérogénéité énonciative. Méta-énonciation.

Notas

- ¹ “La modalisation autonymique est envisagée comme affleurement énonciatif de l’autre du langage – ce que j’ai appelé les non-coïncidences du dire – dans lequel joue, entre autres, mais non exclusivement” le langage des autres (todas as traduções são de nossa inteira responsabilidade).
- ² Les images de points de non-coïncidence qui suspendent le cours uni du dire “font place” au fait des non-coïncidences et, par là, en prennent acte, le reconnaissent; mais c’est en même temps, leur nécessaire, un masque qu’elles interposent – celui, par le caractère circonscrit (constituant “le reste”, différenciellement, comme un) et maîtrisé (par un énonciateur à même, depuis sa position de surplomb méta-énonciatif, de dire ce qu’il en est de son dire) de ces points de non-coïncidences représentées, d’une réaffirmation protectrice du UN du dire, opposé, sur un mode aussi absolument nécessaire qu’il est imaginaire, à la menace de dispersion que fait peser sur l’énonciation et le sens le jeu des non-coïncidences foncières dans lesquelles ils se font, ...et pourraient se défaire (tradução livre).
- ³ Le parcours systématique de ces “boucles” réflexives produites par les énonciateurs – de-

puis la forme marquée minimale du guillemet, jusqu'aux longues échappées méta-énonciatives de Proust, par exemple, en passant par une masse de locutions quasi-figées, telles que les pour ainsi dire, si on peut dire, c'est le cas de le dire, etc. – dessine les champs de ce qu'on peut appeler “les non-coïncidences du dire”.

- ⁴ Relativement aux non-coïncidences du dire, posées comme foncières, constitutives de l'énonciation, et comme telles irréprésentables par elle – à savoir que c'est en permanence que la “communication” achoppe à faire du “un”, que le référent est toujours en quelque sorte “raté” (comme disait Lacan), que le jeu des “mots sous les mots” n'est pas arrêtable, et qu'enfin tout mot énoncé, “reçu” qu'il est du déjà-dit des autres discours, est inévitablement “habité” par lui –, les formes d'auto-représentation du dire de la modalisation autonymique apparaissent comme les lieux sensibles dans le dire de la négociation obligée de tout dire avec le fait des non-coïncidences foncières qui le traversent.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, p. 25-42. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas - SP: Unicamp, 1990.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas - SP: Unicamp, 1998.

_____. Deux mots pour une chose: trajets de non-coïncidence. In: *Répétition, Altération, Reformulation*. Annales littéraires de l'Université de Besançon, n. 701, Presses Universitaires Franc-Comtoises, 2000a. p. 37-61.

_____. Aux risques de l'allusion. In: MURAT, M. *L'Allusion dans la littérature*. Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 2000b. p. 209-235. (Coleção Colloques de la Sorbonne).

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre - RS: Edipucrs, 2004.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1998.